

Há significado político no trabalho autogestionário? : um estudo sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Processo de produção de conhecimento: Avanço de investigação em curso

GT 18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Ana Beatriz Melo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas

Resumo

As fábricas recuperadas expandiram-se no Brasil a partir da organização de trabalhadores que, a fim de preservar seus postos de trabalho, buscaram controlar coletivamente empresas em situação falimentar, transformando-as em unidades autogestionárias. O ressurgimento da autogestão se deu, de um lado, por questões econômicas ligadas à busca por saídas frente ao desemprego em massa, e, de outro, por razões políticas relativas à constituição de formas autônomas e solidárias de trabalho. O presente artigo tem por objetivo promover um debate sobre a realidade do trabalho associado em fábricas recuperadas no Brasil e, para tal, lançará mão de um balanço sobre os mais relevantes estudos nessa área, além da apresentação de resultados parciais relativos a três estudos de caso realizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras-chave: fábricas recuperadas, trabalho, autogestão.

Introdução

O desenvolvimento das fábricas recuperadas no Brasil vem chamando a atenção de vários estudiosos e especialistas para a retomada e a reconfiguração de problemáticas relevantes no campo do trabalho como o cooperativismo, o associativismo e a autogestão. Os debates atualmente travados apontam para um grande desafio: delimitar as particularidades das fábricas recuperadas no que diz respeito à sua história, organização interna, atores sociais envolvidos, inserção no mercado, articulações com entidades de apoio e poder público.

Tal desafio coloca em foco um espectro mais que heterogêneo de experiências, com dinâmicas estruturais e institucionais diversificadas, abrangendo de estratégias de sobrevivência a sistemas auto-organizados de produção. Esse universo reacende a polêmica sobre a existência, sobreposição ou distinção entre falsas cooperativas, cuja organização não apresenta nenhum tipo de relação com os valores da denominada economia solidária e cooperativas ditas verdadeiras, compostas a partir de movimentos de trabalhadores que visam manter seus empregos, enquadrando-se nos princípios do movimento cooperativista, numa tentativa de reação e resposta ao quadro de crise estrutural do mercado de trabalho.

Nesse contraditório contexto, a autogestão desponta como essência da proposta cooperativista, se consolidando como um atributo marcante das fábricas recuperadas

Se a palavra autogestão é relativamente recente na cultura e na linguagem políticas – ganhou notoriedade a partir da metade do século XX –, o conceito por trás dessa palavra é tão antigo quanto às lutas de resistência e de emancipação do movimento operário. Do ponto de vista histórico, as experiências autogestionárias ganharam força em períodos de estagnação econômica, crise social e explosão do desemprego, seja por meio da organização autônoma dos próprios trabalhadores, seja

através de frentes de trabalho constituídas pelo Estado. A partir da violenta repressão a que sempre foram submetidas, além de processos de recuperação econômica com base no aumento de postos formais de trabalho, tais iniciativas tendiam a desaparecer ou pelo menos tinham seu número significativamente reduzido, num movimento latente de recuos e retomadas que se revigora, trazendo, a cada recessão, velhas questões e novos sentidos (Melo, 2012).

A partir desse panorama, o presente trabalho propõe um debate sobre a realidade do trabalho associado em fábricas recuperadas no Brasil. Para tal, lançará mão de um balanço das publicações mais relevantes sobre tais iniciativas no contexto nacional, assim como da apresentação de resultados parciais obtidos a partir de três estudos de caso¹ realizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quanto à sua estruturação, o trabalho proposto será dividido em três sessões: 1) caracterização das fábricas recuperadas no cenário nacional, com ênfase na sua história, desenvolvimento, organização e vínculos com movimento sindical; 2) apontamentos sobre a organização da pesquisa “Há significado político na autogestão? estudo sobre fábricas recuperadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, ressaltando seus objetivos, questionamentos, metodologia e trabalho de campo; 3) exposição e discussão sobre resultados parciais obtidos a partir dessa pesquisa que dizem respeito especialmente a história de três fábricas recuperadas do segmento de retificação de motores a diesel – retíficas São Bento, Exata e Minas Brasil – localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

1. **As fábricas recuperadas no Brasil**

As fábricas recuperadas ganharam visibilidade no Brasil a partir do final dos anos 1980. O ponto de partida desse processo situa-se em experiências pontuais e isoladas de recuperação de empreendimentos falidos por meio da mobilização de trabalhadores que tinham por objetivo sustentar seus empregos.

O aumento significativo do número de falências e concordatas ocorria em meio a um cenário socioeconômico instável e degradante marcado, por um lado, pelo esgotamento do dinamismo da indústria nacional após a abertura passiva do mercado interno às importações e, por outro, pelo abandono do papel ativo do Estado a partir da afirmação de políticas econômicas focadas em privatizações e terceirizações. Nessa fase, ganhavam impulso estratégias de reestruturação produtiva que abarcavam em seu conjunto transformações tecnológicas e organizacionais voltadas para a máxima redução de custos via enxugamento e flexibilização das relações e sistemas de trabalho.

A partir daí, multiplicaram-se reflexos socioeconômicos como perda dos direitos trabalhistas, aumento do desemprego estrutural, desregulamentação dos contratos de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora.

Os sindicatos que, de início, mostravam alguma resistência em relação às estratégias do cooperativismo e do trabalho autogestionário por as considerarem como formas de precarização do trabalho passaram a assumir, ao longo dos anos 1990, um papel decisivo na formação e na organização dessas iniciativas. Nesse sentido, vale destacar os trabalhos de incubação e orientação desenvolvidos pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), criada em 1994, e pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) que deu origem, em 1999, à Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), ambas ligadas ao movimento sindical.

O tema da recuperação de fábricas tornou-se uma necessidade para o sindicalismo brasileiro que havia se constituído e projetado durante o período de abertura política. As direções sindicais se deparavam com uma realidade de eminente crise social e econômica, a partir da qual aos trabalhadores

¹ A revisão da literatura e os estudos de caso mencionados fazem parte da tese “Trabalho, autogestão e significado político: um estudo sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte” em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

não restava outra alternativa senão a luta pelo controle de empresas falidas e sua manutenção em funcionamento.

As cooperativas apareciam para os sindicatos, inicialmente, somente como ameaças ao pleno emprego, mas, num segundo momento, a inovação de algumas dessas experiências, em particular das iniciativas de trabalhadores no ABC Paulista, apontou para uma realidade ainda mais complexa. O cooperativismo passou a ser visto no meio sindical sob duas perspectivas distintas: por um lado, um cooperativismo dito tradicional, associado frequentemente às formas cooperativadas de terceirização e de precarização das relações de trabalho que deveria ser denunciado e combatido pelos sindicatos e, por outro, um cooperativismo denominado autêntico, via de regra apoiado pelo sindicalismo, vinculado às cooperativas autogestionárias baseadas na democratização dos processos de trabalho.

Contudo, não é possível afirmar que exista um consenso generalizado no sindicalismo brasileiro quando se trata das questões do cooperativismo e da autogestão.

Essas posturas e entendimentos vêm oscilando entre a priorização de um projeto defensivo de manutenção e ampliação dos direitos e institucionalidades do emprego e a busca por uma ação propositiva de criação e fomento de iniciativas autogestionárias – tipo de trabalho alternativo ao assalariado – em que os trabalhadores são os protagonistas dos processos produtivos.

Apesar da complexidade desse cenário, uma coisa parece certa: a partir dos anos 1990, os debates acerca do cooperativismo, historicamente tratados de forma marginal, passaram a ocupar posições de destaque nas agendas sindicais, despertando as mais diversas reações – do antagonismo à aceitação – e revelando propostas não só para os trabalhadores assalariados, mas para os demais excluídos do mercado formal de trabalho.

Apoiadas em parte pelos sindicatos, as fábricas recuperadas, na década de 2000, passaram a integrar o movimento social conhecido como economia solidária no Brasil. A criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, constituiu-se em um marco fundamental desse processo.

Foi justamente nesse momento que se desenvolveu parte significativa das pesquisas acadêmicas sobre fábricas recuperadas no Brasil (Azevedo, 2007; Faria, 2005; Hullerstein, 2002; Marques, 2006; Novaes, 2010; Oda, 2001; Parra, 2002, entre outras). A maioria desses trabalhos baseou-se em estudos de caso, sendo poucas as tentativas no sentido de analisar esse fenômeno de forma mais abrangente.

Os números sobre fábricas recuperadas no Brasil são bastante imprecisos, uma vez que ainda não foi sistematizado um levantamento voltado especificamente para essas iniciativas². O que existe atualmente, segundo Henriques, Rufino e Sígolo (2011), é um esforço no sentido de levantar dados nacionais sobre formas associativas de trabalho denominadas de empreendimentos econômicos solidários (EES), o que culminou no desenvolvimento de um Atlas da Economia Solidária a partir do qual foi criado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

Para Gaiger (2004), os EES, no que resguarda a sua organização e desenvolvimento, se constituem em iniciativas heterogêneas de produção, comercialização, crédito e consumo que se norteiam por sete princípios: a autogestão, a cooperação, o igualitarismo, a democracia participativa, a auto-sustentação, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Fazem parte desse complexo panorama iniciativas de agricultura familiar, assentamentos de terra, associações, cooperativas, empresas recuperadas a partir de preceitos autogestionários, bancos populares, redes de comércio justo, entre outras.

² Importante registrar que desde 2011 está sendo desenvolvido o Mapeamento Nacional de Fábricas Recuperadas, coordenado pelo Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI/UNICAMP), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Até o momento, os resultados desse mapeamento não foram divulgados.

De acordo com a última edição do Atlas da Economia Solidária no Brasil, publicada, em 2007, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), existiam 1.687.496 pessoas trabalhando de forma direta em 21.859 empreendimentos solidários no Brasil.

Entre esses empreendimentos, situam-se as fábricas recuperadas: contudo, estas não são facilmente identificáveis. No Atlas, se forem consideradas como fábricas recuperadas, as iniciativas que marcaram a opção “Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu” como motivo de sua formação, é possível dizer que há no Brasil 132 empreendimentos dessa natureza. Entretanto, “o fato desse ter sido um dos motivos da associação entre os trabalhadores não determina que eles tenham efetivamente se apropriado dos meios de produção e constituído uma fábrica autogerida.” (Henriques, Rufino, Sígolo, 2011: 2).

Embora sejam numericamente reduzidas em relação ao conjunto dos EES, as fábricas recuperadas concentram uma parte significativa da movimentação financeira realizada por esses empreendimentos. Ademais, representam iniciativas formalizadas de médio e grande porte, diferenciando-se da maior parte dos EES de caráter pequeno e informal.

2. Apontamentos sobre a pesquisa

As fábricas recuperadas no Brasil colocam em foco, portanto, profundos desafios no sentido da manutenção de empreendimentos que entram no mercado já sucateados pelos processos falimentares (desafio econômico), exigindo um grande esforço dos trabalhadores que, em sua maioria, não tem apoio externo – podem eventualmente ser assessorados pelos sindicatos e/ou outras entidades de apoio, mas não tem políticas públicas específicas – e, a partir da autogestão (desafio político e cultural), procuram adotar “princípios solidários de difícil permanência em uma sociedade não solidária.” (Lima, 2004: 16).

Nesse ponto, vale questionar qual seria a percepção dos trabalhadores que vivem o cotidiano das fábricas recuperadas sobre a relação entre prática autogestionária e significado político. O projeto autogestionário seria vital para esses trabalhadores ou estaria presente tão-somente no imaginário dos militantes? A proposta autogestionária apresentaria um sentido político para eles associado à luta por formas autônomas de trabalho ou estaria articulada apenas à busca emergencial de uma saída provisória frente à ameaça do desemprego? Em que medida esses trabalhadores estariam de fato envolvidos e interessados em promover a autogestão?

Esses questionamentos orientam a tese intitulada “Há significado político na autogestão?: estudo de fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte” que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Esse trabalho tem por objetivo debater e analisar as vivências, as experiências, as interações e as percepções de trabalhadores de três fábricas recuperadas situadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, destacando-se possíveis vinculações entre práticas autogestionárias e significado político.

A fim de cumprir com esse objetivo, foram escolhidos três empreendimentos econômicos, inicialmente com base nos seguintes critérios: no mínimo, 5 anos de existência; iniciativas de mesma natureza (no caso, fábricas recuperadas) e pertencentes a um mesmo segmento de mercado (no caso, o setor de retificação de motores a diesel).

As iniciativas escolhidas foram as retificas São Bento, Exata e Minas Brasil, situadas respectivamente nos bairros Água Branca e Jardim industrial, em Contagem e São Francisco, em Belo Horizonte. Estas correspondem a retificas de motores a diesel que foram criadas a partir da falência de grandes empresas do mesmo setor localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (no caso da Exata, a retifica Del Rei; no caso da São Bento, a retifica MG; no caso da Minas Brasil, a retifica Nacional).

As três empresas que faliram eram de natureza familiar e não conseguiram resistir à crise econômica e ao acirramento da concorrência que vigoraram na região durante a segunda metade dos anos 1990. Por motivações societárias, administrativas, financeiras e tecnológicas, essas empresas acabaram fechando suas portas. Nesse contexto, uma parcela dos trabalhadores desempregados se engajou na organização (em dois casos, com apoio dos sindicatos e em outro, de forma totalmente isolada a partir do momento em que perceberam que a cooperativa era “um golpe”, ou seja, uma tentativa de burlar vínculos empregatícios e rebaixar custos de produção) de empreendimentos de pequeno porte (entre as três retíficas estudadas, o número de trabalhadores variou de 9 a 17) com base na cooperação, na participação e na autogestão. O medo do desemprego foi apontado como principal elemento motivador dessas iniciativas, sendo associado frequentemente a desdobramentos sociais e culturais atribuídos a falta de trabalho, tais quais, enfraquecimento de suportes relacionais com os companheiros de fábrica, comunidade entrono, amigos e família.

No que diz respeito às técnicas de investigação da pesquisa, propôs-se a utilização de entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores dos três empreendimentos selecionados. Tais entrevistas ocorreram entre fevereiro de 2011 e janeiro de 2012 e contaram com a participação de 27 dos 36 trabalhadores que compunham as três iniciativas, sendo que 24 eram associados e 3 empregados.

Dadas as circunstâncias desse trabalho, será apresentado como resultado parcial para debate e análise um relevante aspecto entre os vários que estão sendo contemplados pela pesquisa: a história das três retíficas.

3. História de três retíficas de motores a diesel da Região Metropolitana de Belo Horizonte

3.1 retífica Minas Brasil

A retífica Minas Brasil surgiu em 2003, após o fechamento da retífica Nacional. Empresa de natureza familiar, a Nacional chegou a ter aproximadamente 50 empregados. Localizava-se na avenida Dom Pedro II, tradicional local de concentração de empresas de serviços do setor automotivo (fornecedoras de autopeças e acessórios, oficinas, entre outras).

As circunstâncias que resultaram na falência da retífica Nacional foram “discussões internas”, “disputas por poder” e “falhas administrativas”. De fato, desde 2002, os funcionários da retífica Nacional passaram a não receber os salários e direitos em dia.

Tava atrasando o pagamento, décimo terceiro, fundo de garantia, e na firma todo mundo já era velho de casa, 15, 14, 13 anos. As férias também atrasaram, tudo. (retificador).³

Eu tinha 12 anos de casa, três férias vencidas, fundo de garantia sem depositar. Aí não teve jeito. (retificador).

A partir daí, os trabalhadores buscaram o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem. Foi então estabelecido um acordo com os ex-donos da retífica falida, segundo o qual as dívidas trabalhistas seriam pagas com maquinário

A partir do momento em que chegou um ponto em que nós vimos que não tinha jeito mais, nós chamamos o sindicato. E o pessoal chegou junto da gente e começou a dialogar, conversar. Eles disseram: Vocês precisam trabalhar e eles não têm dinheiro pra pagar o

³ Entrevistas realizadas em janeiro de 2012 na retífica Minas Brasil para a pesquisa “Há significado político na autogestão? estudo sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

tempo de serviço de vocês; vamos pegar as máquinas e montar uma retífica pra ver se a gente leva mais á frente. (retificador).

O sindicato ajudou no acerto do tempo de casa e no transporte do maquinário. Nós tivemos que tirar o maquinário e procurar um próximo lugar e viemos pra cá. Tinha um vendedor amigo nosso que tinha um caminhão beleza e o pessoal do sindicato que ajudou com outro caminhão porque era maquinário pesado. (retificador).

O primeiro ano de funcionamento da Minas Brasil foi marcado por inúmeros problemas, principalmente no que se refere a questões financeiras. Os entrevistados ressaltaram que, durante os 3 primeiros meses, trabalharam praticamente de graça.

A maior dificuldade foi a gente estar do jeito que estava. Nem empregado, nem desempregado. Porque não tinha salário, nem onde nem como buscar e a família esperando todo dia. (retificador).

Nós não tínhamos dinheiro nem pra pagar o aluguel. Aí foi acumulando, acumulando... Foi muito difícil a gente conseguir reabilitar e pagar os aluguéis. Foram 3 meses com salários atrasados (retificador).

Eles atribuíram a superação dessas dificuldades iniciais à determinação, ao trabalho e à confiança dos clientes que continuaram a procurá-los.

No início da retífica, ano de 2003, eram 19 trabalhadores e, em janeiro de 2012, período das entrevistas, eram 10 no total. Em relação aos motivos que levaram 9 associados a deixarem a iniciativa, um entrevistado afirmou:

Eles não agüentaram o tranco, o sacrifício é muito grande. Trabalhar em cooperativa é muito sofrido. Tem muita dificuldade financeira. (retificador)

Quando nós começamos éramos 19. Então tem pessoas que nascem pra trabalhar com responsabilidade e outras já pensam diferente. Então os que pensam diferente foram saindo e os que têm responsabilidade com a empresa fomos ficando. (retificador).

Ao longo de 9 anos de atividade, nenhum novo associado ingressou no empreendimento. O 3 funcionários contratados trabalham como reparadores auxiliares.

3.2 retífica Exata

A retífica Exata foi organizada no final de 1999 após a falência da retífica Del Rei. De acordo com os entrevistados, a retífica Del Rei era uma empresa familiar que possuía cerca de 120 funcionários. Esta se localizava em Belo Horizonte, no bairro São Francisco, região repleta de oficinas e reparadoras de veículos onde atualmente situa-se a retífica Minas Brasil.

Entre as razões apontadas pelos entrevistados que culminaram na falência da retífica Del Rei, destacam “má fé com os clientes” e “problemas na administração”.

Essa retífica (Del Rei) fazia muitas coisas erradas com os motores dos clientes e eles descobriram e foram falando uns para os outros até que perderam todos os clientes. (retificador)⁴

Após o fechamento da retífica Del Rei, foi realizado um acordo entre proprietários e funcionários a partir do qual o passivo trabalhista seria pago com o maquinário da empresa recém-falida.

Eles falaram que só iam pagar em máquinas. Poxa! Vão pagar em máquinas e uma vai ficar na sua casa, outra na minha casa... E o que que a gente fez? Então, vamos juntar as máquinas e ver no que que dá. (retificador)

Assim que a empresa (Del Rei) quebrou, primeiro teve uma fase difícil porque eles não estavam fazendo o pagamento nosso. Aí chegou num ponto em que o sindicato dos metalúrgicos foi lá, viu a situação e foi conversar com a gente e com os donos. Aí, perguntou pra gente se era válido pegar o maquinário como acerto trabalhista. Aí na hora a gente achou que era um bom negócio. Aceitamos, pegamos as máquinas, ficamos 2 meses parados. Aí montamos a retífica e voltamos a trabalhar. (retificador).

Nesse momento de transição, os associados afirmaram que receberam apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem. Todavia, ressaltaram que não se tratava de um apoio efetivo do sindicato como um todo, mas do auxílio de um diretor em particular que, na época, trabalhava lá. Esse diretor ajudou na negociação com os antigos patrões, no transporte e armazenamento do maquinário e na busca por um novo galpão para instalação da retífica.

Só o Sindicato dos Metalúrgicos que nos ajudou. Na verdade, foi um diretor em especial, porque o resto do sindicato não queria nos ajudar não. Ele foi o único que brigou pela gente mesmo. (retificador).

O início do empreendimento foi marcado por uma série de dificuldades e incertezas. Os trabalhadores não sabiam se conseguiriam sobreviver no mercado e enfrentaram graves problemas financeiros, chegando a ficar cerca de 8 meses trabalhando sem o pagamento de retiradas.

No começo, tudo foi difícil. Eu tinha uma filha recém-nascida e a gente não sabia se ia dar certo ou não. A gente ficou com medo de não ter cliente porque saímos sem nenhum cliente de lá. Nós tivemos que correr atrás dos clientes de novo, apesar que vários dos que conhecemos hoje eram os antigos de lá que procuraram a gente. Mas, na época, a gente não podia imaginar que eles iam nos procurar. A gente não tinha nenhum representante comercial pra divulgar o nosso serviço, pra correr atrás de serviço. E foi assim, foi com a coragem mesmo. (retificador).

A gente não sabia se ia sobreviver nessa função nova nossa. A parte mais difícil foi a parte financeira, porque nós ficamos aqui uns 8 meses sem salário, sem retirada nenhuma. O que salvou a gente foi a única coisa que nós pegamos de dinheiro lá que foi o seguro desemprego. Deus ajudou que assim que acabou a última parcela, já tava começando a entrar um serviço e aí a gente começou a andar com as próprias pernas. (retificador).

⁴ Entrevistas realizadas em março de 2011 para a pesquisa “Há significado político na autogestão? estudo sobre fábricas recuperadas da Região Metropolitana de Belo Horizonte”.

Dos 23 associados que integravam a cooperativa no início, ficaram 7. Em relação aos motivos da saída dos demais associados, um entrevistado esclareceu:

Dos 23 que vieram pra cá, alguns saíram por que não confiavam, achavam que não ia dar certo ou encontraram outro serviço melhor, aí só ficaram estes mesmo. (retificador).

Ao longo de aproximadamente 12 anos de funcionamento, a retífica Exata contratou 2 funcionários, sendo que 1 trabalhava como ajudante de mecânico e outra como auxiliar administrativa.

3.3 retífica São Bento

A retífica São Bento surgiu em 1999, a partir da falência da retífica MG. Segundo os entrevistados, a MG era um empreendimento de médio porte, chegando a apresentar, em seu momento de maior crescimento, um quadro de aproximadamente 50 funcionários.

Os motivos que levaram ao fechamento da MG foram “má administração” e “brigas internas”. Ao contrário do que aconteceu nas retíficas Minas Brasil e Exata, a São Bento foi criada não por iniciativa dos trabalhadores, mas de um ex-dono da MG que, juntamente com outros 2 ex-funcionários da retífica, assinou a documentação que deu origem a cooperativa e levou parte do maquinário para o novo galpão.

Os donos da MG estavam com o nome sujo e falaram com a gente: vamos abrir uma firma tipo cooperativa. Aí surgiu a cooperativa São Bento. (retificador).⁵

Foi tudo muito turbulento. Nós tínhamos um dinheiro pra receber e houve um acerto da firma pra fazer uma cooperativa. A idéia quem teve foi o dono e um ex-colega nosso. Nós ficamos com o pé atrás, mas ele não ficou com a gente não. (retificador).

Contudo, após aproximadamente 2 meses de funcionamento da São Bento, o ex-diretor da MG que tinha entrado como sócio na cooperativa foi embora, levando consigo a parte do maquinário que lhe pertencia. As circunstâncias que envolveram a participação e a saída desse diretor representam um ponto polêmico, controverso e contraditório das entrevistas. Boa parte dos entrevistados afirmou que “ele foi colocado pra fora, pois não confiavam nele” e um entrevistado declarou que “ele achou um negócio melhor e foi embora”.

Há 11 anos atrás, a MG começou a quebrar e nós entramos na justiça. Eram 21 pessoas e a gente decidiu pegar os maquinários porque o acerto deles era pagar primeiro os fornecedores e depois os funcionários e nós conseguimos pegar não todo o maquinário; pegamos mais bancadas e ferramentas. O maquinário que está hoje aqui, nós compramos. É tudo nosso. Abrimos uma empresa com as poucas ferramentas que tínhamos. O maquinário aqui na época era da MG, nós estávamos usando ele e nós perdemos esse maquinário para o ex-dono da MG na justiça. O que que aconteceu? O ex-dono veio pra cá com a gente, mas a gente viu que ele estava querendo dar um golpe na gente. Nós não queríamos mais ele aqui e na hora em que nós afastamos ele, ele entrou na justiça querendo o maquinário de volta e cobrando os alugueis e conseguiu ganhar. (retificador).

O homem veio e pegou as máquinas. Nós tivemos que comprar essas daí. (retificador).

⁵ Entrevistas realizadas em fevereiro de 2011 para a pesquisa “Há significado político na autogestão? estudo de fábricas recuperadas de Região Metropolitana de Belo Horizonte”.

Por problemas internos, nós achamos melhor tirar ele. Não queríamos mais ele aqui. (retificador).

Ele saiu porque encontrou um trabalho melhor em outra firma. Nós nunca dispensamos ninguém aqui. (retificador).

Os entrevistados afirmaram que não receberam nenhum tipo de assessoria de sindicatos ou poder público. Todavia, vale chamar a atenção para o fato de que eles não procuraram esse apoio pelas circunstâncias que marcaram o início do empreendimento e alguns disseram se arrependem por não terem tomado essa atitude.

Talvez se tivesse procurado o sindicato seria melhor, aí teria acerto, não teríamos assinado documentos e deixado coisas com eles. (retificador).

Em 1999, a MG faliu. Nós perdemos maquinário, perdemos acerto, perdemos tudo. (retificador).

Sem maquinário e trabalhando em galpão alugado, os 21 trabalhadores que faziam parte da São Bento, com medo de ficarem desempregados, assumiram a gestão, as dívidas e levaram o empreendimento a frente. A partir da orientação de um advogado, abriram uma conta na Caixa Econômica Federal e conseguiram, após muita insistência, um financiamento para compra do maquinário. Atualmente, segundo eles, todas as máquinas já foram pagas com “muito esforço e garra”.

Na época, há 11 anos atrás, o mercado estava muito ruim pra emprego, muito ruim mesmo, e nós ficamos aqui e acabamos acomodando. (retificador).

O período inicial de consolidação da São Bento foi caracterizado pelos trabalhadores como “terrível” e “difícilimo”. Alguns deles chegaram a se emocionar ao lembrar que ficaram cerca de 8 meses trabalhando ininterruptamente sem conseguir quase nenhuma retirada.

Nós não tínhamos nada. Trabalhamos quase 1 ano sem receber um centavo. Foi Deus que ajudou. (retificador).

Nossa Senhora! Pagar máquinas, conseguir clientes... Não tínhamos retirada nos primeiros 8 meses que trabalhamos aqui não. (retificador).

No início aqui era difícil, não tinha nem vale transporte, pra você ver! E era um final de ano, eu lembro direitinho, no final do ano eu tinha que ir no Ceasa pra comprar um chester ou peru pra ser dividido. Não tinha nem salário, não tinha nada. (retificador).

Os associados atribuíram o fato de terem superado essas graves dificuldades ao trabalho pesado, ao companheirismo entre os associados, à amizade com outros agentes econômicos como fornecedores de autopeças que deram prazos maiores para o pagamento de seus produtos, à boa fama de seus serviços no mercado (grande parte dos clientes da MG passou para a retífica São Bento). Alguns disseram sentir-se “orgulhosos” por terem conseguido avançar com o empreendimento.

Dos 21 associados que compunham a retífica São Bento no momento de sua formação, restaram 14. Em 11 anos de atividade no mercado, nenhum outro associado foi integrado ao empreendimento. Com relação às razões que levaram 7 associados a saírem da retífica, um entrevistado afirmou:

É, quase a metade saiu. Mas é porque muitas vezes é o seguinte: a gente depende, a gente que é pai de família, a gente tem que olhar a frente. Você precisa de ter um INPS um dia, precisa de um salário as vezes melhor, precisa de uma aposentadoria, aposentar melhor. Então foi isso, foi saindo assim de um por um. (retificador).

A fim de auxiliar os 14 associados, foram contratados 3 funcionários. Um deles ficou responsável por serviços gerais enquanto os outros dois eram auxiliares de mecânicos.

Considerações finais

Um fator relevante que se destaca nos casos das três retíficas refere-se ao momento de seu surgimento. As três iniciativas, embora em circunstâncias distintas, tomaram forma como soluções emergenciais frente à ameaça do desemprego num período determinado (do fim da década de 1990 ao início dos anos 2000).

Nesse período, o desemprego e o trabalho precário aumentaram de modo sistemático e preocupante no âmbito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o que configurava um cenário de crise decorrente do colapso do regime de acumulação fordista a nível mundial. Foi nesse difícil contexto de elevação do desemprego estrutural e de perda de direitos trabalhistas que surgiram as retíficas São Bento, Exata e Minas Brasil. Um elemento comum parece integrá-las: para os trabalhadores das iniciativas, os grandes objetivos de sua criação foram a geração de renda e a manutenção dos postos de trabalho, não havendo nos três casos nenhum relato que vincule sua organização a questões ideológicas associadas à possibilidades de autonomia ou de emancipação social. Suas histórias não refletem uma escolha efetiva dos trabalhadores no sentido da constituição de formas mais autônomas e/ou solidárias de trabalho, mas sim uma reação, marcada de forma significativa pela falta de opções frente a um mercado formal que exclui os mais vulneráveis.

Além disso, vale ressaltar que as três retíficas apresentadas neste estudo têm em suas origens a presença de organizadores externos. Nos casos das retíficas Exata e Minas Brasil, estes se referem ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem. Já no caso da retífica São Bento, observa-se uma situação particular que se aproxima bastante de uma cooperativa pragmática, isto é, uma iniciativa voltada essencialmente para a redução de custos empresariais a partir da eliminação de encargos trabalhistas. Contudo, dois meses após seu início, uma nova realidade se apresentou. Os relatos nesse sentido não foram claros e, por vezes, se mostraram bastante contraditórios: por um lado, afirmou-se que o ex-dono da retífica falida, um dos responsáveis pela formação da cooperativa, saiu porque encontrou uma oportunidade melhor de trabalho, por outro lado, foi declarado que os trabalhadores perceberam o que estava acontecendo e o mandaram embora (a grande maioria dos entrevistados confirmou essa versão). Fato é que o ex-dono não estava mais lá e os trabalhadores “herdaram” uma cooperativa, que, na realidade, não foi pensada, idealizada nem escolhida por eles, mas, num momento de profunda crise, estes reagiram e a levaram a frente e com grande esforço superaram graves dificuldades estruturais e financeiras que predominaram particularmente nos primeiros meses de sua existência.

As circunstâncias dessa história revelam um elemento de forte precarização do trabalho. Somam-se a isto a total falta de apoio de instituições externas (no caso da São Bento) e a ajuda pontual e, por vezes, claudicante do sindicato (nos casos da Exata e Minas Brasil), bem como o fato de que nenhum dos trabalhadores nos três casos teve experiências de militância junto a movimentos sociais,

associações ou partidos. O esvaziamento ideológico, a necessidade de sobrevivência e a marca de precariedade presentes na formação dessas iniciativas (especialmente, no caso da São Bento), fazem com que questões como autogestão, autonomia e significado político pareçam cada vez mais distantes. Contudo, é fundamental destacar que esse quadro dificulta, mas não invalida, muito menos desqualifica, as possibilidades de emergência de algumas dessas questões, embora de forma parcial e variada.

Referências bibliográficas

Antunes, Ricardo. (2009). Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

Azevedo, Alessandra Bandeira Antunes de. (2007), Autogestão e competitividade: estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas. Campinas: Instituto de Geociências - UNICAMP. Tese de Doutorado.

Cunha, Gabriela Cavalcanti; Faria, Maurício Sarda de. (2009), “Autogestão e economia solidária: o desafio das fábricas recuperadas”. Em: < <http://anaisenapegs2011.cariri.ufc.br/dmdocuments/p92.pdf> >. Consultado em: 15/02/12.

Faria, Maurício Sarda de. (2005), Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC. Tese de Doutorado.

Faria, Maurício Sarda de; Fernandes, Raquel Aragão Uchoa. (2011), “Reflexões sobre trajetórias autogestionárias em fábricas recuperadas”. Em: <<http://cirandas.net/nesol-usp/eventos/vii-eies/ot05.pdf>>. Consultado em: 15/12/11.

Gaiger, Luiz Inácio. (2004), Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS.

Lima, Jacob Carlos. (2009). Paradoxos do trabalho associado. Tempo Social, São Paulo, vol. 21, pp. 113-132.

Lima, Jacob Carlos. (2004). O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisado. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 19, n. 56, pp. 45-62.

Marques, Paulo Lisandro Amaral. (2006), Trabalho emancipado em empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS. Dissertação de Mestrado.

Melo, Ana Beatriz. (2012), Cooperativismo e trabalho autogestionário: entre o real e o possível. Curitiba: Appris.

Novaes, Henrique Tahan. (2010), A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas. Campinas: Instituto de Geociências - UNICAMP. Tese de Doutorado.

Oda, Nilson Tadashi. (2001). *Gestão e Trabalho em Cooperativas de produção: dilemas e alternativas à articulação*. São Paulo: Escola Politécnica - USP. Dissertação de Mestrado.

Parra, Henrique Zoqui Martins. (2002), *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP. Dissertação de Mestrado.